

O trabalho¹

Toni Negri²

Há trabalho em excesso, porque todos trabalham e todos contribuem para a construção da riqueza social. Esta riqueza nasce da comunicação, da circulação e da capacidade de coordenar os esforços de cada um. Como diz Christian Marazzi (*La place des chaussettes*, Éditions de l'Éclat, Paris, 1997)³, a produção da riqueza é assegurada hoje por uma comunidade biopolítica (o trabalho daqueles que têm um emprego, mas também o trabalho dos estudantes, das mulheres, de todos os que contribuem para a produção da afetividade, a sensibilidade, dos modos de semiotização da subjetividade), produção da riqueza que os capitalistas comandam e organizam através da "deflação", ou seja, a compressão de todos os custos que a cooperação produtiva e as condições sociais de sua reprodução exigem. A passagem da "inflação" (de desejos e necessidades) dos anos que se seguiram a 68 à deflação dos custos representa a transição capitalista do moderno ao pós-moderno, do fordismo ao pós-fordismo. É uma transição política no seio da qual o trabalho assalariado foi exaltado como matriz fundamental da produção das riquezas. Mas o trabalho ficou separado da sua potência política. Esta potência política vinha dos trabalhadores agrupados nas fábricas, organizados dentro de estruturas sindicais e políticas fortes. A destruição destas estruturas deixou atrás de si uma massa informe - em um olhar de fora - de proletários que se movimentam no território: um verdadeiro formigamento que produz riquezas por meio da colaboração e cooperação contínuas. De fato, se olharmos o mundo debaixo, o mundo das formigas, aí onde se desenrola nossa vida, percebemos a incrível capacidade produtiva que estes trabalhadores doravante adquiriram. Eis o inacreditável paradoxo face ao qual nos encontramos. O trabalho ainda é considerado como emprego,

como trabalho "empregado" pelo capital, nas estruturas que o submetem, diretamente, à organização capitalista da produção.

A legitimidade social e produtiva da atividade está sempre submetida à "empregabilidade" - neologismo bárbaro, mas que exprime bem a nova natureza da subordinação - pela empresa ou pelo Estado. Passou-se progressivamente do "trabalho" ao "emprego", mas o que valida a atividade não é tanto a participação efetiva na produção da riqueza - quantos empregos são "improdutivos" deste ponto de vista - mas a subordinação às formas de controle da empresa ou do Estado. O que determina um consenso de fundo sobre o "trabalho" entre esquerda e direita, entre patrões e sindicatos.

No entanto, hoje, este vínculo entre produção da riqueza e trabalho assalariado que é um antigo vínculo marxiano, mas que, antes de ser marxiano, foi um laço estabelecido pela economia política clássica, foi rompido. O trabalhador, hoje, não tem mais necessidade de instrumentos de trabalho (ou seja, de capital fixo) que sejam postos à sua disposição pelo capital. O capital fixo mais importante, o que determina os diferenciais de produtividade, doravante, encontra-se no cérebro das pessoas que trabalham, é a máquina-ferramenta que cada um de nós é portador. É essa a novidade absolutamente essencial da vida produtiva, atualmente. É um fenômeno completamente essencial, porque precisamente o capital, através da sua renovação, sua mudança interna, através da revolução neo-liberal, através da redefinição do Estado-providência "devora" esta força de trabalho. Mas como ele a devora? Ele o faz em uma situação que é estruturalmente ambígua, contraditória e antagônica. A atividade produtora de riquezas não se reduz ao emprego. Os desempregados trabalham, o trabalho negro é mais produtor de riquezas do que o dos empregados. E, inversamente, o emprego é tão assistido quanto o desemprego. A flexibilidade e a mobilidade da mão-de-obra não foram impostas nem pelo capital, nem pelo fracasso dos acordos sobre o salário e sobre a redistribuição da renda entre patrões, sindicatos e Estado, acordos que praticamente dominaram a vida social e política nos últimos cinquenta anos. Hoje, encontramos-nos em uma situação na qual, precisamente, o trabalho é "livre". Naturalmente, o capital ganhou e antecipou as possibilidades de organizar politicamente as novas formas de

cooperação produtiva e o "poder" político dessas. No entanto, se olharmos um pouco para trás e, sem por isso, pecar por otimismo, é necessário também dizer que a força de trabalho que se conheceu, ou seja, a classe operária, lutou para recusar a disciplina da fábrica. E de novo se é confrontado com o problema da avaliação de uma transição política que é, historicamente, tão importante como aquela que passou do Antigo Regime à Revolução. Pode-se justificadamente dizer que se viveu, na segunda metade século XX, uma transição no seio da qual o trabalho se emancipou. E emancipou-se pela sua capacidade de se tornar intelectual, imaterial; ele se emancipou da disciplina da fábrica. E é precisamente isto que determina a possibilidade de uma revolução global, fundamental e radical da sociedade contemporânea capitalista. O capitalista é doravante um parasita: não tanto como capitalista financeiro, nos termos marxistas clássicos, mas porque ele não tem mais a capacidade de dominar unilateralmente a estrutura do processo do trabalho, por meio da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. As novas formas da subjetividade quebraram e tornaram reversível esta separação, produzindo um meio de expressão da sua própria força e um terreno de luta e de negociação.

O salário garantido

Há concepções redutoras do salário garantido como as que conhecemos na França, por exemplo, com o RMI⁴, que é uma forma de remuneração da miséria. Essas são formas de remuneração da exclusão, das novas leis sobre os pobres. Para uma massa de pobres, para as pessoas que não se inserem de maneira constante no circuito do salário, concede-se um pouco de dinheiro para que possam reproduzir-se e não provoquem escândalo social. Existe, então, níveis mínimos de salário garantido, de subsistência, que correspondem à necessidade de uma sociedade em evitar a criação do escândalo da mortalidade, o escândalo da "pestilência", pois a exclusão pode transformar-se em pestilência. As leis sobre os pobres nasceram precisamente

diante desse perigo, na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII. Há, por conseguinte, formas de salário garantido desse tipo.

Mas o problema do salário garantido é totalmente diferente. Trata-se de compreender que a base da produtividade não é o investimento capitalista, mas o investimento do **cérebro humano socializado**. Em outras palavras: o máximo de liberdade do trabalho torna-se o fundamento absoluto da produção de riqueza. O salário garantido significa a distribuição de uma grande parte da renda, deixando aos sujeitos produtivos a capacidade de gastar esta renda para sua própria reprodução produtiva. Ele torna-se o elemento fundamental. O salário garantido é a condição de reprodução de uma sociedade na qual os homens, por meio da sua liberdade, tornam-se produtivos.

Obviamente, neste momento, os problemas de produção e de organização política tornam-se idênticos. Se conduzimos o raciocínio até o fim, somos levados a unificar a economia política e a ciência da política, a ciência do governo. Só as formas da **democracia** - uma democracia radical e absoluta, mas não sei se o termo democracia pode ainda ser utilizado aqui - são suscetíveis de ser as formas que determinam a produtividade: uma democracia substancial, real e na qual a igualdade de rendas asseguradas tornar-se-ia sempre maior, sempre mais fundamental.

Poder-se-á sempre debater, em seguida, com realismo as medidas incitativas, mas esses são problemas que não nos interessam verdadeiramente. Hoje, o verdadeiro problema é a necessidade de reverter o ponto de vista segundo o qual a crítica da economia política se desenvolveria por si mesma[?], isto é, pela necessidade de investimento capitalista. Isto não é novo, discutiu-se durante os anos da reinvenção fundamental da cooperação produtiva pela vida, seja ela lingüística, afetiva, ou aquela que pertence aos sujeitos.

O salário garantido, como condição de reprodução destes sujeitos na sua riqueza, torna-se, então, hoje essencial. Não há mais necessidade de nenhuma alavanca de poder, não há mais necessidade de nenhum transcendental, nem de nenhum investimento cuja função não é, como se diz, "de antecipar os empregos de amanhã", mas de antecipar e comandar as

divisões no interior do proletariado entre desempregados e ativos, entre assistidos e produtivos, entre "protegidos" e "desprotegidos".

Trata-se de uma **utopia**, deste tipo de utopia que se torna uma máquina de transformação do real unicamente com a condição que ela se ponha em ação. Uma das coisas mais belas hoje é precisamente o fato de que este espaço público de liberdade e de produção começa a se definir, portando verdadeiramente nele a destruição do que existe como organização do poder produtivo e, então, como organização do poder político.

Notas da tradução

1. Fonte: << <http://perso.wanadoo.fr/marxiens/politic/revenus/saga.htm> >>
2. Traduzido por: Cecília Pires e Celso Candido, professores de Filosofia UNISINOS.
3. Ver: << http://www.lyber-eclat.net/lyber/marazzi/place_des_chaussettes.html >>
4. RMI - *Revenu minimum d'insertion*: Renda Mínima de Inserção.